

HISTÓRIA DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL (1971-1987): PARA ALÉM DA NARRATIVA DA “MODERNIZAÇÃO” DO FUTEBOL BRASILEIRO

Daniel Vinícius Ferreira¹⁰⁰

Resumo: Este artigo trata da história do Campeonato Brasileiro de Futebol, desde a sua criação em 1971, até 1987, ocasião em que os principais clubes formaram uma liga e decidiram organizar por si o torneio. Privilegia-se uma análise sobre alguns dos diferentes atores sociais (clubes, confederações, imprensa), e seus interesses, envolvidos com as transformações do torneio, num contexto histórico atravessado por rupturas políticas e econômicas. Por fim, problematizamos, ainda, essa transformação dentro de leituras acadêmicas, considerando que as rupturas no formato do torneio ficariam, em boa medida, consagradas pelo termo de “modernização”, conotando um sentido de “avanço” e de “melhora” no futebol brasileiro.

Palavras-chave: Futebol brasileiro; Globalização; Modernização.

HISTORY OF “CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL” (1971-1987): BEYOND THE NARRATIVE OF “MODERNIZATION” OF BRAZILIAN’S FOOTBALL

Abstract: This article shows the history of the Campeonato Brasileiro de Futebol (Brazilian football tournament) from its beginning in 1971, until 1987, when it was replaced by a league which allowed the main clubs to organize the matches autonomously. It highlights some actors selected, and their interests, involved with the transformation of the tournament (clubs, confederation, press) in a historical context crossed for political and economic events. Finally, we problematize that transformation inside of academic readings, considering that the ruptures on the tournament, to a large extent, were consecrated by the term “modernization” connoting a sense of “advancement” and “improvement” into Brazilian football.

Key words: Brazilian football; Globalization; Modernization.

¹⁰⁰ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná, bolsista CAPES. (<http://lattes.cnpq.br/3303729099102901>). Email: ferreir_10@yahoo.com.br.
Artigo recebido em 09/09/2018 e aprovado em 27/11/2018

INTRODUÇÃO

O *Campeonato Brasileiro de Futebol* (CB) surgiu em 1971, após várias tentativas de se criar um campeonato nacional e de forma tardia em relação a outros países na América do Sul e Europa. Demarcou uma ruptura na história do desporto no país, haja vista que até então a dimensão territorial do Brasil e a resistência das oligarquias esportivas regionais teriam inviabilizado a criação de um campeonato de formato nacional e regular. Nessa primeira edição, o torneio reuniu 20 clubes, foi organizado pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e financiado pelo Estado. Após este torneio inicial, o campeonato mudou frequentemente as regras de disputa. Mais do que isso, inchou gradualmente e chegou a atingir a marca de 94 clubes participantes em 1979, diminuindo (na sequência) gradualmente também. Em 1987, já em um contexto econômico e político diferente, uma nova ruptura se verificaria no campeonato e na própria história do desporto no país. Nesse momento, o torneio foi organizado inicialmente a partir dos clubes mais destacados do Brasil, financiado por patrocinadores, num formato de liga que se autodenominou *Clube dos 13*, tendo como participantes apenas 16 clubes.

A criação e trajetória do *Campeonato Brasileiro*, entre 1971 e 1987, se inseriam e refletiam mudanças que ocorriam na sociedade e influências que iam além do campo esportivo, como o campo político, econômico, da imprensa e a próprio impacto da *globalização* no país. A metamorfose do *Campeonato Brasileiro*, no referido período, foi também interpretada, por alguns (dentro e fora do campo esportivo), como expressão de uma “modernização” do desporto no país.

Posto isto, a proposta (neste artigo) é traçar um panorama geral de como surgiu o torneio, e como aconteceram as transformações no formato da competição, entre 1971 e 1987, identificando alguns atores sociais que

protagonizaram e interagiram nessa história: clubes, confederações, dirigentes, Estado e imprensa – neste último caso, com destaque para a *Revista Placar*. Trata-se, assim, de uma espécie de *história política* do torneio, sob a acepção do *político* seguindo a conceituação da chamada *Nova História Política*, ou seja, de que a *política* tem um caráter difuso, atravessa a sociedade em suas inúmeras manifestações e espaços, e pode ser identificada, antes de tudo, como uma expressão de *poder*¹⁰¹. Dessa forma, fazer uma *história política* do torneio (do seu surgimento e das suas modificações), implica historicizar e problematizar diferentes agentes que exerceram influência, interagiram e conflitaram entre si na sua trajetória, ou em outras palavras: resgatar como objetivou-se o *poder*, ou os *poderes*, na moldagem e transformações do campeonato, ao longo do tempo.

No bojo dessa trajetória, que expressava disputas de diferentes atores e rupturas, revelou-se cada vez mais o futebol também como um tema de preocupação econômica¹⁰²: assim, o *Campeonato Brasileiro* como uma instância que monopolizava (ou cartelizava) a excelência do esporte no país, fomentaria discussões de como (afinal) poderia ser melhor representado e desenvolvido, e como uma possível alegoria da sociedade brasileira em seus dilemas econômicos. É neste cenário que emergem leituras sobre a transformação do torneio (entre eles a da *Revista Placar*, ator de referência do campo esportivo, no período), a qual se destaca a narrativa da “modernização”.

Considera-se a categoria da *modernidade* como de grande complexidade, e que conta com vasta produção nas ciências humanas. No

¹⁰¹MELO, Victor Andrade de; DRUMOND, Maurício; FORTES, Rafael; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: Faperj e 7 Letras, 2013, p. 67.

¹⁰²MELO, Victor Andrade de. et al. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: Faperj e 7 Letras, 2013, p. 78-93.

presente artigo procura-se abordar a “modernização” apenas pelo significado que pareceu adquirir nas referidas leituras: a do “progresso”. Ou seja, ideias (em geral), um pouco nebulosas e mesmo superficiais, convergentes para sentidos de “evolução” e “avanço” do desporto nacional, porque supostamente o formato do torneio (mais enxuto) passaria a assentar-se mais em princípios racionais, mercantis e menos “políticos”. Assim, na parte final do artigo, e a partir de uma dada escolha bibliográfica, apresentam-se diferentes leituras realizadas sobre aquelas transformações do torneio, advindas do campo acadêmico que superam a simples leitura da sua transformação como “modernização”/“progresso” do futebol brasileiro, entre as quais (inclusive) se fazem abordagens mais refinadas sobre a categoria *modernidade*.

PRECURSORES DO TORNEIO E O CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO DA SUA CRIAÇÃO

Desde o início da prática do futebol no país, houve tentativas de se organizar disputas interestaduais entre clubes, anteriores ao *Campeonato Brasileiro*. Entretanto, geralmente de caráter esporádico, nenhuma delas se consolidou efetivamente. Uma das mais destacadas certamente foi o chamado *Torneio Rio-São Paulo* - disputado de 1933 a 1966 – que foi a primeira experiência duradoura de um campeonato interestadual entre clubes. Nessa linha, podemos citar também o *Campeonato Brasileiro das Seleções Estaduais*, instituído em 1922 através da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e que durou até 1963. E ainda, a *Taça Brasil*, um torneio mais abrangente reunindo campeões estaduais de diversas partes do país, disputado a partir de 1959 até 1967, e que tivera como motivação principal uma forma para indicar um representante brasileiro para a *Taça Libertadores*

da América, a partir de 1960. Esses dois torneios, *Campeonato Brasileiro de Futebol de Seleções* e *Taça Brasil*, contavam com a organização da CBD¹⁰³.

Em 1967 surgiu o que poderia ser tido como o mais acabado embrião do CB: o *Torneio Roberto Gomes Pedrosa* (o "Robertão" ou *Taça de Prata*), chancelado pela CBD em 1968 e que premiava o campeão com a *Taça de Prata* do futebol nacional. Esta competição, derivada do *Torneio Rio-São Paulo*, foi disputada por times do eixo Rio-São Paulo, mais os principais clubes de estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de alguns outros clubes convidados de outros estados. O último "Robertão" aconteceu em 1970, quando então passou a ser disputado o CB, no ano seguinte. A denominação deste novo torneio não seria sempre a mesma, mas na prática todas elas representariam a mesma competição: "a principal disputa interclubes do Brasil"¹⁰⁴.

É preciso destacar que o contexto de surgimento do torneio, em 1971, presenciava o recrudescimento da ditadura militar, instaurada no Brasil desde 1964. Tal fenômeno que se materializava, pelos militares, numa busca de maior centralização política, no projeto econômico desenvolvimentista, na ampliação das bases do próprio poder e implementação do chamado plano de *integração nacional*, dialogou e influenciou os moldes que o campeonato adquiriria o longo dos anos. O interesse dos militares sobre o futebol vinha aumentando, sobretudo desde a derrota do selecionado na Copa de 1966, e em 1970, a própria comissão técnica da seleção já estava militarizada¹⁰⁵. Após o tricampeonato de futebol mundial conquistado no México, e aos números expressivos de crescimento econômico (o que não significava melhor

¹⁰³SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2006, p. 107-108.

¹⁰⁴UNZELTE, Celso. *O livro de ouro do futebol*. São Paulo: Ediouro, 2009, p. 422.

¹⁰⁵SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. (Dissertação de Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 66-67.

distribuição de renda), o país vivia um clima de ufanismo nacionalista propagado especialmente pelo governo, que via crescentemente no futebol um instrumento poderoso para promover propaganda e estratégias políticas: assim, o “Brasil grande” passaria também pelo projeto de um “brasileirão” no futebol. Nessa linha, ressaltaria Ribeiro:

O final da década de sessenta e início de setenta conheceu o fenômeno econômico do “milagre brasileiro” (1969-1973), quando a economia nacional conheceu taxas elevadíssimas de crescimento (11% do PIB) e promoveu forte modernização, tanto na malha rodoviária e aérea quanto no sistema de comunicação, em especial com ampliação da transmissão dos jogos pela televisão. Essa modernização veio ao encontro do objetivo do regime em ampliar a ideologia da unidade nacional. Nessa direção, ainda, foi a criação de grandes estádios, por iniciativa do governo federal, em várias capitais, deixando clara a política do regime militar de ao mesmo tempo enquadrar e associar-se às elites regionais do futebol brasileiro. Ou seja, esvaziar a autonomia dos poderes locais a favor da centralização política, oferecendo em contrapartida escusos benefícios financeiros e materiais (como os estádios) aos dirigentes de clubes e federações estaduais¹⁰⁶.

SURGIMENTO DO CAMPEONATO BRASILEIRO: CONTEXTO TAMBÉM DE FORTE RECONFIGURAÇÃO NA IMPRENSA E DA APOLOGIA POR UM TORNEIO NACIONAL

É importante ressaltar que, nos inícios de 1970 o país vivenciava também transformações significativas na estrutura das mídias, entre elas a mídia esportiva: tal fenômeno interagiria com o processo de instituição e fortalecimento do torneio, ao longo dos anos.

As mídias, com destaque para as telecomunicações, eram consideradas um setor estratégico para o governo militar (que seguia prerrogativas da ideologia de *segurança nacional*), e assim vinham sendo

¹⁰⁶RIBEIRO, Luiz Carlos. *Brasileirão ou torneio Rio- São Paulo?* Curitiba, 11 out. 2011. Disponível em: <http://nefutebolesociedade.blogspot.com/2011/10/brasileirao-ou-torneio-rio-sao-paulo.html>. Acesso em: 09 ago. 2018.

impulsionadas pelo próprio Estado¹⁰⁷. Paralelamente, já desde a década de 1960, haviam começado a surgir diferentes publicações para o esporte no Brasil, sobretudo para o futebol, em formato de revistas, como são os casos de *Manchete Esportiva* (1955) e *Revista do Esporte* (1959) - embora ainda publicações de curta existência¹⁰⁸. O próprio rádio, neste momento, sofreria metamorfoses significativas em seus programas esportivos¹⁰⁹. Acrescenta-se, ainda, que este período acompanharia um *boom* na história da televisão brasileira, veículo que logo incorporaria o desporto aos seus domínios, através dos moldes do jornalismo esportivo, da crônica esportiva e das crescentes transmissões de partidas¹¹⁰.

No caso dos periódicos, até fins de 1960 se destacavam dois veículos especializados que efetivamente repercutiam a cobertura do futebol em ampla escala no país: os jornais diários *Gazeta Esportiva*, de São Paulo, e *Jornal dos Sports*, do Rio de Janeiro¹¹¹. Já nos inícios da década de 1970, surgiria uma publicação especializada com repercussão de circulação nacional para os esportes: a *Revista Placar*.

Placar figurava como um entre outros lançamentos midiáticos do Grupo Abril, naquele momento. Sediada, desde então, sempre em São Paulo, trazia um "time" de jornalistas consagrados, adquiriria caráter semanal e tiragem de 120 mil exemplares inicialmente, embora esse número subisse e aumentasse

¹⁰⁷SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 58-62.

¹⁰⁸HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. 1ª edição, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 107-148.

¹⁰⁹RIBEIRO, André. *Os donos do espetáculo: história da imprensa esportiva no Brasil*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007, p. 157-235.

¹¹⁰TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

¹¹¹HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. 1ª edição, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 80.

abruptamente ao longo dos anos, e a revista vivesse sempre no “vermelho”¹¹². A *Copa do Mundo* de 1970, a publicação dos resultados da loteria esportiva, então nascente, seriam pontos de apoio e fatores motivadores para o lançamento da revista. *Placar* tinha como prioridade a veiculação de grandes matérias, ênfase no fotojornalismo e uma escrita pautada na discussão, ou seja, pela crônica esportiva. Também, destacar-se-ia um jornalismo esportivo, desde os inícios, dentro de um discurso auto referido de cobertura e “interesse nacional”, empenhado na formação e difusão de uma determinada opinião com a clara intenção de intervir no sistema governativo do futebol brasileiro, visando superar o que considerava suas falhas e “atrasos”¹¹³. Assim, o veículo surgiu e adquiriu cada vez mais referência no campo midiático, pretendendo liderar e reportar a pauta de algumas das discussões mais destacadas do futebol brasileiro, através dos seus editoriais, reportagens e na crônica. Propondo, constantemente, reformas na estrutura do desporto nacional, sua “modernização” e profissionalização, nessa linha sublinhava a necessidade da implantação de um calendário nacional. Em 1970, isto se traduzia na defesa pela instituição efetiva de um *Campeonato Brasileiro* anual. A guisa de ilustração, acompanhemos uma das falas da revista, naquele momento:

Nós temos os melhores jogadores do mundo, temos os melhores estádios. Nós temos muito amor ao futebol: torcidas fanáticas. O que está faltando para transformar os velhos campeonatos regionais em um único campeonato, capaz de dar ao futebol brasileiro e lucros no exterior? É simples: faltam boa vontade e melhores dirigentes. No dia em que o governo tomar providências ou os cartolas criarem coragem

¹¹²RIBEIRO, André. *Os donos do espetáculo: história da imprensa esportiva no Brasil*. 1ª edição, São Paulo: Terceiro Nome, 2007, p. 232.

¹¹³MARCZAL, Ernesto Sobocinski. *O “caneco é nosso”: futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970*. 2011. 347 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 91-92.

pra destruir a estrutura de barro do nosso futebol, parecerão ideias novas, planos, calendários e uma tabela.¹¹⁴

Segundo Santos, essa narrativa de *Placar* era protagonista também em outras mídias destacadas do período, que já vinham advogando mesmo por uma ampliação dos torneios precursores ao CB¹¹⁵. Assim, percebe-se que em meio àquela reconfiguração do campo midiático esportivo, ascendia também uma apologia, destacada, por um torneio nacional nos domínios esportivos, como fundamental para o desenvolvimento do futebol brasileiro:

A evolução pedida por *Placar* e por outros veículos de imprensa passava pela criação do Nacional. As pressões vinham dos jornalistas, passando por alguns dirigentes e chegando até ao Ministro da Cultura, Jarbas Passarinho. A todos, a CBD respondia prometendo mudanças no calendário de 1971, tanto para os clubes mas também para a seleção brasileira de futebol. Novos tempos eram anunciados¹¹⁶.

Por outro lado, entretanto, o que parece claro é que o surgimento do CB demandou muito mais que a idealização (e o destaque) de um projeto, seja dentro do campo da imprensa, seja dentro da própria figuração esportiva dos clubes, na década de 1970. Demandaria, necessariamente, uma aliança entre clubes de grande expressão, a CBD e o próprio Estado com a anuência ou aceitação do restante dos agentes que compunham o futebol brasileiro. Ao longo desse processo, ainda, certamente que o gradual crescimento do mercado esportivo como produto midiático, a própria entrada gradual da

¹¹⁴JAMES, Narciso; LAURENCE, Michel. "Senhores dirigentes eis o Campeonato Nacional". *Revista Placar*. São Paulo, 21 ago. 1970, p. 30.

¹¹⁵SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 54.

¹¹⁶SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 84.

televisão como transmissora das partidas foram fatores importantes para consolidação do torneio.

O ACORDO FUNDAMENTAL: A TUTELA DO ESTADO

Vale lembrar que desde os torneios que antecederam o CB, não parecia haver concretamente, entre os clubes participantes nessas disputas, uma base financeira ou pelo menos uma organização ou projeto para que fosse viável a instituição regular de um campeonato mais nacionalizado e abrangente efetivamente – talvez nem fosse este o objetivo destes clubes. Atente-se, por exemplo, que o Campeonato das Seleções Estaduais se ancorava, financeiramente, nos grandes públicos regionais, congregados acima das rivalidades clubísticas locais e *sem o aporte financeiro dos clubes*. Já a *Taça Brasil*, dispunha de um formato de copa e tinha suas fases regionalizadas devido aos custos e dificuldade de deslocamento no país. *Portanto, o que se ressalta, é que os clubes não tinham um histórico de gerência financeira autônoma dos torneios anteriores ao CB*, e nem seriam eles que financiariam o campeonato, que de qualquer modo precisaria de um aporte financeiro para acontecer.

Além disso, a esfera organizativa do futebol revelava falta de coesão. Sobravam disputas e evidenciavam-se insatisfações, entre os clubes, já nesse momento quanto a CBD não permitir uma maior autonomia para o desporto, ou mesmo, desenvolver o futebol profissional no país. Mais, havia ainda reclamações recorrentes de corrupção e incompetência administrativa sobre aquela instituição, somada a outra crítica em destaque: a de que o futebol profissional servia para sustentar os outros esportes no país por intermédio da taxa cobrada pela CBD de 5% em partidas interestaduais ¹¹⁷. Tais

¹¹⁷ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado

descontentamentos conviviam com a necessidade dos clubes estarem vinculados a uma confederação, legítima representante do país perante a FIFA (Fédération Internationale de Football Association). Estrutura organizativa reforçada por um modelo autoritário que a envolvia (em seus vários níveis) e partia do próprio governo: este, através do Conselho Nacional do Desporto (CND) (criado ainda em 1941), podia submeter e intervir nos clubes e na estrutura organizativa caso se achasse necessário.

Por outro lado, entretanto, o torneio nacional ascendia como salutar para atender, ao mesmo tempo, as demandas financeiras e acordar os diferentes interesses e diferenças dentro da configuração esportiva: 1º) a manutenção operacional da CBD e da sua legitimidade política frente ao futebol profissional no país, evitando o fracionamento e disputas de poder no interior da sua estrutura já sistematizada, o que também poderia causar o declínio do destaque político e econômico que os grandes clubes gozavam neste modelo, 2º) o fornecimento de bases financeiras e um calendário para os clubes de grande expressão, através da disputa de um campeonato interestadual rentável, com status de nacional, chancelado pela CBD e que daria acesso a Taça Libertadores das Américas, 3º) a manutenção da base política da CBD, assentada nas federações regionais que aglutinavam associações de todos os esportes em cada região.

O torneio figurava, assim, cada vez mais como uma solução oportuna, para os atores destacados, num cenário de disputas, interesses e de dificuldades partilhadas, o que lhe conferiu um *status* de uma “salvação financeira”¹¹⁸. Esta solução seria bem vista pelos clubes de maior expressão,

em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹¹⁸ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

de uma forma geral, porque os campeonatos estaduais (nesse momento) mostravam-se cada vez mais esvaziados e inviáveis financeiramente, o que agravava a situação (em geral) de penúria das agremiações, a qual já vinham vivenciando desde período anterior. Isso também ocorria porque, já numa perspectiva global, o esporte era incorporado à indústria do espetáculo e do consumo de massa, e nesse cenário os jogos envolvendo clubes de menos repercussão, como é o caso dos campeonatos estaduais (e onde raros são os chamados “dérbis” que atraem multidões), não congregavam os grandes públicos - que são a base de apoio da mídia de massa e do mercado de consumo de bens culturais das grandes empresas, que passam a se associar ao futebol. Nesse cenário, o torneio nacional representaria possibilidades de ganhos financeiros diferenciados, pois os clubes dos grandes centros visualizavam na disputa uma série de confrontos atrativos com outros clubes de expressão, aliás modelo que já vinha mostrando-se bem sucedido nos anteriores torneios interestaduais ¹¹⁹. Dessa forma, visualizava-se que grandes públicos estariam garantidos nestas partidas, e por consequência grandes rendas e capacidade de plena atividade das agremiações (além de sustentação financeira a toda burocracia esportiva). Vale lembrar que nessa época, a renda das partidas e a negociação de “passes” de atletas, eram as fontes de renda principais dos clubes - nessa época já estava em vigência a chamada “lei do passe”, regulamentada em 1968 ¹²⁰ e provavelmente existente como prática já em período anterior.

Porém, ainda que se mostrasse financeiramente promissor e oportuno, o torneio demandaria o apoio de um terceiro elemento para, de fato, emergir

¹¹⁹ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹²⁰ PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000, p. 142.

e se consolidar. Efetivamente, o ponto fundamental que celebraria a ligação marcando a confluência de interesses dos grandes clubes (e da configuração esportiva) com o projeto do novo torneio se dá quando o Estado oferece a sua tutela. Isto ocorreu nos inícios da década de 1970, época em que os militares no poder promoviam o referido projeto político de *integração nacional* e que iria de encontro com os interesses do núcleo mais protagonista da figuração esportiva naquele momento. Por outro lado, a adesão de outros clubes, embora não destacados, mas de grande expressão das demais capitais do país, que encamparam o projeto, daria sustentação, coesão, legitimidade e unicidade a um modelo de disputa que tinha como braço de apoio o Estado.

De uma forma mais objetiva, isso se traduziu em subsídios pelo governo aos clubes que disputariam o novo torneio, cobrindo seus custos de hospedagens e passagens aéreas, através da criação da loteria esportiva, ainda em 1969¹²¹. Este era um cenário de números expressivos na economia do país, e a loteria logo se transformaria em uma “febre”, financiando o fortalecimento da própria CBD e do torneio então nascente¹²².

É importante destacar, ainda, que a primeira edição do CB, em 1971, conviveria com a ameaça de uma cisão na figuração esportiva dos clubes: agremiações descontentes por terem ficado de “fora” do primeiro nacional, sob a liderança do governador de Goiás, teriam criado um campeonato paralelo: o *Torneio da Integração Nacional*. A seletividade do primeiro CB, seu número considerado reduzido de participantes, tal como a criação do referido campeonato paralelo, desagradaria os militares, pois iria à

¹²¹PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000, p. 142-143.

¹²²SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 75-77.

contramão do projeto de *integração nacional*, dentro do futebol¹²³. Porém, dali em diante o torneio passaria a incorporar cada vez mais outros clubes por todo o Brasil, sob a “batuta” de João Havelange.

O TORNEIO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL: JOÃO HAVELANGE E OS CONVITES

Conforme visto, o torneio só pode ser instituído efetivamente a partir da tutela do Estado, e ele interessava ao governo porque poderia contribuir no chamado projeto de *integração nacional*. Essa integração teria outros desdobramentos sobre a própria configuração político-esportiva, conforme vamos demonstrar. No campo da imprensa, o *Campeonato Brasileiro* ajudaria a impulsionar um melhor *status* para uma classe de jornalistas esportivos, que com o torneio passam a viajar mais, serem mais requisitados, reconhecidos em escala nacional e receberem melhores salários. No campo esportivo, no universo das torcidas, há um fortalecimento e crescente disseminação do torcer a partir da cultura das *Torcidas Organizadas* que passam a melhor organizarem-se burocraticamente, promover alianças (com outras torcidas) e promover viagens nacionais¹²⁴.

Nesse momento, não houve apenas uma integração no plano esportivo do futebol brasileiro (ou no campo da imprensa e das torcidas associadas a ele), mas a própria esfera política combinou-se naquele movimento: representantes de cargos públicos do executivo e legislativo, num jogo assentado no personalismo de dirigentes, na inclusão de clubes apadrinhados por políticos e na lógica do favorecimento dinamizado pelo bipartidarismo

¹²³SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 99-100.

¹²⁴SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 96-97.

então vigente¹²⁵. Este cenário, numa direção de centralização, tornou-se evidenciado a cada edição do torneio a partir da sua criação. O formato adotado para constituição dos torneios, desde o início, seguiria o modelo de convites feitos aos clubes pela CBD presidida então por João Havelange.

João Havelange tinha sido elevado a presidente da CBD ainda em 1958 (já fora vice-presidente da entidade em 1956)¹²⁶, num momento de reformulação da entidade e ideia de renovação das lideranças esportivas no desporto brasileiro, cuja pretensão era dotar esses domínios de mais técnica, profissionalismo, cientificidade e disciplina¹²⁷. Ele era, então, um ex-atleta (da natação), com 41 anos, formado em direito e que também havia desenvolvido carreira na vida empresarial. Tinha boa experiência e conhecimento como dirigente de esportes, além de já ter atuado como conselheiro do CND. Na sua gestão, a frente da CBD, conquistaria três títulos mundiais para o futebol brasileiro (1958-1962-1970), o que lhe dotaria de grande capital político não só entre os círculos do governo, mas até mesmo para postular a presidência da FIFA (o qual seria eleito, posteriormente).

No projeto do *Campeonato Brasileiro*, Havelange desempenharia papel destacado na associação, reforço e influência dos interesses militares pelos meandros e entrelaçamentos da política com o futebol, e da capilaridade que este possuía. Isso se refletiu, objetivamente, pelo aumento de clubes nas edições subsequentes do *Campeonato Brasileiro*, entre 1971-1975¹²⁸, e para o

¹²⁵ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹²⁶ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹²⁷ SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2006, p. 95-98.

¹²⁸ Em 1971, 20 clubes; em 1971, 26; em 1973, 40; em 1974, 40; em 1975, 42.

cartola na provável obtenção de dividendos que o referido trânsito lhe proporcionava. Parece razoável imaginar que tais capitais acumulados seriam revertidos para sua própria candidatura, para entidade máxima do futebol internacional, nas eleições de 1974. Três episódios merecem referência nesse circuito que fortaleceu mais a sua figura e que acabou repercutindo na formatação do torneio nacional: a implantação definitiva da Loteria Esportiva como fonte de receitas regular e destacada para CBD (em 1973); a excursão da seleção brasileira pela Europa e Ásia (também em 1973, com recursos da CBD); e a organização da *Taça Independência* (ainda em 1972), sob sua responsabilidade, que foi uma espécie de “mini Copa do mundo” no Brasil (para comemorar os 150 anos da independência), reunindo 20 selecionados e disputada em 12 cidades e estádios pelo Brasil.

Por outro lado, Havelange, seu modelo de gestão e de promoção do *Campeonato Brasileiro*, seriam frequentemente criticados na *Revista Placar*, desde os inícios da publicação (havia leitura próxima em outras mídias). Ainda em 1970, conforme destaca Daniel Santos em sua dissertação de mestrado, a revista promoveria uma série de reportagens culpando a figura do *cartola* (em geral), “aquele que se preocuparia mais com o seu prestígio do que pelos rumos do futebol”, pela estrutura precária do futebol brasileiro. Entre diferentes *cartolas*, a revista destaca em uma dessas reportagens João Havelange:

Uma Confederação Brasileira de Futebol teria poderes para exercitar a única solução capaz de impedir a falência dos clubes: a elaboração de um calendário anual e do *Campeonato Brasileiro*. Uma Confederação preocupada com os problemas do futebol interessa aos clubes, aos torcedores, a todos. Menos a Jean-Marie Faustin Goddfrois D`Havelange. A ele não interessa por um simples motivo: teria que se decidir entre a CBD e a Confederação de Futebol. De qualquer maneira, seria perder prestígio, ou dos esportistas

amadores ou do futebol. Com todos os problemas centralizados na CBD, sob seu comando, seu prestígio continua grande, influente¹²⁹.

Para os torneios nacionais na gestão de Havelange, de uma forma geral, a confederação considerava critérios técnicos para fazer o convite aos clubes – como, por exemplo, o convite recorrente aos campeões estaduais –, o que evidencia uma vontade de construir-se um campeonato com clubes de todos os estados do país e seguindo princípios de mérito, mais claros e estáveis. Entretanto tais prerrogativas não eram únicas, e as regras de participação no torneio mudavam ano a ano, o que favorecia o aumento do poder pessoal de Havelange nesse processo, em que ele detinha a escolha de “quem” convidar ou não. Paralelamente, evidenciava-se em conjunto, também, outras prerrogativas como condição de ingresso para o campeonato, abertamente declaradas: o apelo popular que dispunha o clube; a estrutura deste, destacando-se a condição de ter um grande estádio; a estrutura e logística da sua região para receber os outros clubes, e ainda (e de grande importância), o poder político dos seus dirigentes como “moeda de troca” em termos de dividendos políticos¹³⁰, que seria capitalizado para Havelange e/ou para os interesses que ele representava.

Essas prerrogativas nos parecem evidenciar, portanto, um projeto inicial que é capitaneado pelo governo, e delegado à CBD, em que se garantia a participação ao torneio e a plena atividade dos grandes clubes (que devido a sua dimensão, não corriam o risco de não participarem do torneio, seja por mérito esportivo ou convite) e demais clubes de grande expressão, evitando

¹²⁹SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 78.

¹³⁰ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

cisões por um lado, e por outro, assentava-se em uma base financeira segura, buscando com ela o desenvolvimento do futebol profissional brasileiro através da tutela financeira aos clubes menores. Como se percebe, o modelo abria brechas para ser utilizado também com fins eleitorais, político-particulares e/ou assistencialistas, como de fato foi. Esta “garantia de participação” estava dada a determinados clubes porque o torneio era assentado financeiramente na sua repercussão popular, ou seja, público em partidas e resultados financeiros da loteria esportiva. Nessa mesma direção, 70% dos recursos da loteria esportiva eram destinados ao governo, portanto o governo tinha também grande interesse econômico sobre o torneio e consequentemente sobre quais clubes seriam convidados.

Os CBs durante a década de 1970, não raro, teriam formatos que por vezes colocavam em segundo plano os critérios técnicos, pois visavam sobretudo as grandes rendas. Inclusive, nesse sentido, figuraria nas edições de 1971 e 1974 o polêmico critério “público”, como elemento para definir a classificação do clube para as fases seguintes - ou seja, o clube que tivesse mais torcedores nos estádios seria beneficiado pelo regulamento do campeonato.

Estas fórmulas de disputa seriam ano a ano alteradas, inseridas geralmente sobre um calendário frequentemente criticado como mal planejado (por exemplo, em *Placar*) e com muitos de jogos, os quais não dariam condições para treinamento, recuperação e bom rendimento dos atletas.

“ONDE A ARENA VAI MAL, UM TIME NO NACIONAL”: HELENO NUNES E O GIGANTISMO DO TORNEIO

Na trajetória do torneio, uma inflexão significativa dar-se-ia, ainda em 1975, a partir da eleição do Almirante Heleno Nunes para presidente da CBD,

indicado pelo governo militar. Por essa época o regime ditatorial contabilizava perdas nas eleições indiretas de 1974, a qual a oposição representada pelo MDB havia tido votação expressiva em vagas no Senado e na Câmara Federal, frente à ARENA.

Os militares planejavam uma reação, que no campo político emergiria através de medidas como a *Lei Falcão* (1976) e o chamado *Pacote de Abril* (1978), mas também no campo esportivo em inter-relação com o político. Era nesse cenário que ascendia Heleno Nunes, ainda em 1975, e que também se consagraria a frase “Onde a Arena vai mal, um time no nacional”. Na ocasião, Havelange fora pressionado a deixar o cargo por ser eleito à presidência da FIFA e por não estar mais correspondendo às aspirações dos militares (além de denúncias de corrupção durante a organização da *Taça Independência*¹³¹), nos círculos de gestão do desporto. Nunes tampouco seria o candidato indicado inicialmente pelo ex-presidente. Paralelamente, no campo esportivo, já se gestava entre os clubes e federações discussões sobre novos formatos para o torneio nacional¹³², e mesmo sobre a sucessão de Havelange, mas nada que poder-se-ia ter como uma “ebulição” na figuração esportiva ainda, que tivesse um caráter de confronto efetivo em relação à CBD ou contra o governo.

Sobre o Almirante Heleno Nunes, destaca-se que era um membro da ARENA¹³³, filho de um ex-capitão da marinha, tinha 59 anos ao ascender à presidência da CBD e acumulava experiência como deputado estadual (três

¹³¹SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 110-111.

¹³² FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹³³SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 111-112.

vezes) e uma secretaria no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, havia sido diretor de futebol do Vasco da Gama, exercido o cargo de diretor de futebol na CBD (em 1967), tinha parentes, pessoas influentes no governo militar, então liderado por Emílio Garrastazu Médici. Ao contrário de Havelange, Nunes não tinha outro projeto pessoal autônomo ao dos militares, mas acabaria sendo acusado também de beneficiar-se pela organização do torneio ¹³⁴. De qualquer modo, sua gestão na CBD parece ter cumprido com mais afinco o projeto do governo de integração nacional dentro do futebol, a partir da ampliação de clubes na disputa do CB.

Com Nunes no poder, a partir de 1975, seguir-se-ia uma proposta de reformulação do campeonato que intensificaria a interiorização do torneio, e o inchamento do campeonato. Até este momento o campeonato havia aumentado, mas nunca ultrapassara a quantidade de 40 agremiações. Em 1976, seriam 54 clubes; em 1977, 62 clubes; em 1978, 74 clubes; em 1979, 94 clubes. Ainda em 1975, fora instituído também o voto unitário dos clubes na representatividade frente às federações e à confederação, o que reorganizou a figuração esportiva em termos políticos e é um processo de suma importância para entender-se um dos mecanismos a partir do qual se processam alguns dos tensionamentos de destaque do futebol brasileiro. Sobre este momento, afirma Helal:

Em 1975, a situação agravou-se com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 6.251 que, entre outras medidas, institucionalizava o voto unitário nas federações e confederações. Aparentemente moderno e democrático, esse sistema se transformou em um poderoso instrumento de barganha política, dando às ligas do interior o poder de controlar as federações. Com o advento do voto unitário, as federações e a CBD organizaram campeonatos em que participavam diversos clubes pequenos ou sem expressão no cenário futebolístico do país. Esses campeonatos longos - e com grande quantidade de

¹³⁴SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 126.

jogos de pouco interesse - resultaram em fracassos financeiros para os grandes clubes¹³⁵.

A gestão de Nunes, nesse cenário, significou o afastamento de dirigentes dos principais clubes do núcleo dirigente que se constituía na CBD¹³⁶. A ascensão da gestão de Nunes, também, poderia ser vista como o ponto em que começou a se desfazer a convergência de interesses que envolvia governo e os grandes clubes. Estes ficaram, nesse momento, a margem do projeto e influência na organização do torneio, e o certame tornou-se cada vez mais inchado em termos de clubes, e esvaziado em termos de público¹³⁷. Houve descontentamento por parte dos clubes de maiores dimensões, e o período acompanhava, ainda, a retirada dos militares do poder, o que oferecia condições para o surgimento de uma confederação específica para o futebol, ao mesmo tempo em que uma maior autonomia política e de influência dos principais clubes sobre o futebol brasileiro era requisitada.

Durante a gestão de Heleno Nunes a *Revista Placar* se pronunciaria várias vezes. A leitura do periódico é de que aquela administração havia “empobrecido” o futebol por se pautar em interesses políticos em detrimento do desporto, e essa mesma leitura - a qual Ronaldo Helal denominaria de “narrativa de crise” do futebol brasileiro - poderia ser encontrada em outros veículos de referência naquele momento¹³⁸. É também dentro dessa leitura que se entende porque a revista comemoraria, por exemplo, a derrota de alguns candidatos a cargos públicos nas eleições de 1978. *Placar* considerava

¹³⁵HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 46.

¹³⁶SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2006, p. 107-108.

¹³⁷HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 46-77.

¹³⁸HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 57-64.

que aqueles candidatos viviam entre os meandros de futebol e política para se promoverem sobrepujando os interesses do desporto, e assim felicitava o esclarecimento dos eleitores por terem sabido separar o “jogo” da política, e “derrotado” aquelas figuras que prejudicavam o futebol:

Enquanto os clubes se empobreciam no Brasileiro, os cartolas se mantinham calados, pois precisavam do apoio de Heleno Nunes às suas candidaturas. Não adiantou já que o voto cassou toda a pretensão. Com a transformação do Brasileiro em trampolim político para as aspirações eleitorais da Arena, o presidente da CDB, almirante Heleno Nunes, esvaziou terrivelmente os nossos grandes clubes e, ao mesmo tempo, prestou um serviço ao Brasil: o eleitor aprendeu que seu voto deve estar acima das paixões clubísticas ou futebolísticas¹³⁹.

Em fins da década de 1970 a estratégia do governo no futebol declinaria em face da derrocada do projeto econômico levado a cabo (o *milagre econômico* chegaria ao fim tal como o projeto de *integração*), e também pelo próprio inchamento do campeonato ao longo dos anos, de forma descompromissada aos interesses do futebol. Vale lembrar que entre 1971 e 1979, o campeonato aumentara de 20 até 94 clubes participantes, e este inchamento passara a simbolizar cada vez mais (para vários atores imersos no campo esportivo) sua falência financeira em fins da década de 1979¹⁴⁰. Entre os mais descontentes com esse processo, figuravam os grandes clubes.

ABERTURA, SURGIMENTO DA CBF, PRESSÃO DOS GRANDES CLUBES E CAMPEONATOS MAIS ENXUTOS

O ano de 1980 começa sob o signo da esperança. Já na primeira semana, Giulite Coutinho, novo homem forte do nosso futebol,

¹³⁹Editorial. “O jogo das eleições. O povo venceu os cartolas”. *Revista Placar*. São Paulo, 1 dez. 1978, p. 10.

¹⁴⁰ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

divulgou um esboço de calendário, aliás cumprindo o que prometera a Placar às vésperas do natal. Um calendário que, ao menos, dá aos nossos clubes um mínimo de garantias para se organizar. Assim, entre fevereiro e maio teremos um reformulado *Campeonato Brasileiro*. Talvez não totalmente depurado, mas já bastante saneado.¹⁴¹

Em fins da década de 1970 o acirramento das tensões entre os chamados grandes clubes e os modelos de torneio elaborados pela CBD era cada vez mais patente. Nessa direção, irromperia um acontecimento que poderia ser visto, em parte, como resultante daquelas disputas, mas (sobretudo) emblemático para uma nova reconfiguração: a criação, em 1979, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) substituindo a CBD, por um decreto governamental e que atendia uma normativa da FIFA. A CBF seria um órgão destinado a gerir apenas assuntos do futebol e tal como a CBD, a sede deste órgão permaneceria no Rio de Janeiro. Nesse mesmo momento deu-se a eleição do presidente Giulitte Coutinho – já indicado como presidente do Conselho Nacional dos Desportos (CND) por Figueiredo, e então predileto dos militares¹⁴² – para a nova entidade, que se encaixava nos planos da sua reformulação, do futebol brasileiro e do enxugamento do campeonato.

Giulitte Coutinho tinha naquele momento 58 anos. Empresário, nascera em Minas Gerais, mas havia se mudado para o Rio de Janeiro, sendo presidente do América-RJ na década de 1950 e depois na de 1970. Chegava na CBF ao lado de José Medrado Dias, que seria seu diretor de futebol, e tinha como uma das plataformas da sua gestão o projeto de redução do torneio¹⁴³. A configuração política mais ampla do país revelava o início de uma forte crise econômica (que se prolongaria pela década de 1980, apesar de

¹⁴¹KINJÔ, Celso. "Opinião de Placar". *Revista Placar*. São Paulo, 11 jan. 1980, p. 9.

¹⁴²SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 136.

¹⁴³SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 136.

diferentes planos econômicos do governo), e nesse momento viver-se-ia o chamado período de *distensão* do regime autoritário, e o projeto de *abertura gradual e controlada* capitaneada pela ala moderada dos militares. A entrada de João Figueiredo na presidência do país acompanhou também o fortalecimento de diferentes movimentos sociais, artistas, comunidades eclesiais, sindicato de trabalhadores, e também de greves, que protagonizariam uma inflexão mais aguda na direção da *redemocratização* do país. Em meio a esse cenário, no próprio campo esportivo entre 1981-1985, no SC Corinthians Paulista, também nasceria uma proposta mais afinada às liberdades políticas: a chamada *Democracia Corinthiana*, que surgiria em meio a uma forte crise desportiva da agremiação. Liderados pelo presidente Waldemar Pires, fora das quatro linhas, a proposta se justificava inicialmente pela busca de profissionalização¹⁴⁴, através de uma gestão compartilhada e que inovava em paradigmas de publicidade e marketing esportivo, com a marca da *democracia*¹⁴⁵. Dentro de campo, jogadores como Sócrates, Wladimir, Zenon e Casagrande, o movimento se inspiraria em um modelo democrático de gestão em que os atletas eram protagonistas nas decisões do clube e também inovavam como atores que reivindicavam legitimidade nas discussões da esfera pública brasileira, tomando partido em movimentos sociais, no processo de *abertura* e na campanha das “Diretas já”. Assim, entre os seus muitos adeptos (mas também críticos), essas figuras por vezes apareciam carregando faixas no campo, dizeres nas camisas, declarações na imprensa ou participando de atividades políticas ligadas a ideia de

¹⁴⁴MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. “Diálogos críticos sobre a democracia corinthiana como movimento social”. In: V Congresso internacional de ciências do esporte (CONICE). 2013, Brasília, DF, p. 11-12.

¹⁴⁵FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro*. 353p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Antropologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

democracia no clube ou no país¹⁴⁶, refletindo um contexto brasileiro onde a democracia passava a cada vez mais ser reivindicada como paradigma norteador em diferentes esferas da vida social.

No que diz respeito ao surgimento da CBF, este pode ser visto como uma ruptura no processo de reordenamento da figuração esportiva, embora provavelmente já fosse idealizada nos inícios da década de 1970. Nesse processo de reconfiguração, o governo parece propor-se a sair do núcleo gestor do desporto, visualizando, no entanto, um desenvolvimento do futebol do país capitaneado pelos grandes clubes. Por essa época evidenciava-se, em alguns espaços destacados, um sentimento de atraso¹⁴⁷ - e mesmo de crise¹⁴⁸ para o futebol brasileiro - o que certamente contribuiu uma maior autonomia dos grandes clubes e seus dirigentes, para que levassem a cabo as reformas do desporto, nos espaços decisórios, num sentido que se acreditava de "modernização". A instituição (CBF) surge assim numa fronteira de tutela estatal e autonomia dos clubes sobre o esporte, porque é efetivamente criada e normatizada pelo governo, via CND, mas seu formato de funcionamento atenderia aos "grandes clubes" e clubes de grande expressão, através das diretrizes de enxugamento e maior rentabilidade do campeonato, então em pauta.

Os campeonatos nesse momento terão em média o número de participantes em 40 - até a ruptura dos grandes clubes em 1987¹⁴⁹, quando ocorrerá a criação do chamado *Clube do 13* que organizará o campeonato

¹⁴⁶DIAS, Luiz Antonio; FARINA, Michelle Cuciol da Silva. "Preto no Branco: A democracia corintiana nas páginas do jornal Folha de São Paulo". In: *Revista Recorde*. n. 2, v. 9, Rio de Janeiro, dez. 2016, p. 1-21.

¹⁴⁷GIL, Gilson. "O drama do 'futebol-arte': o debate sobre a seleção nos anos 70". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 25, ano 9, São Paulo, 1994, p. 100-109.

¹⁴⁸HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 58.

¹⁴⁹Entre 1980 e 1984, 40 clubes, e em 1985 e 1986, 44.

com 16 clubes assentado no que seriam pressupostos comerciais¹⁵⁰. Conforme exposto, este cenário de descontentamento começara a se gestar nos finais da década de 70, quando os grandes clubes já estavam efetivamente em desacordo com a CBD, e poder-se-ia falar já num movimento entre estes que almejava mais autonomia, mais protagonismo no futebol brasileiro e campeonatos nacionais com menos clubes do que vinha ocorrendo até então. Movimento que, possivelmente, encontrava cada vez menos obstáculos políticos instituídos de cunho “legal”, haja vista que nesse momento os militares ensaiavam uma retirada do governo.

Por outro lado, a CBF nasceria com uma base alargada de sustentação, devido ao processo de integração ocorrido por intermédio da CBD, e, portanto, sua operacionalidade também dependia ainda de clubes e federações menores, de futebol no país. Aos grandes clubes, a CBF continuava oferecendo legitimidade frente à FIFA¹⁵¹.

A CBF, no seu nascimento, representou também legitimidade, integração, unificação diretiva e simbólica do futebol no Brasil, figuração em que os dirigentes destes grandes clubes experimentaram uma reaproximação com o núcleo de destaque de poder: a gestão da entidade¹⁵². Mas isso também representou um entrave para os grandes clubes, uma vez que estes agora tinham a concorrência dos clubes europeus, sobretudo dos italianos, que vinham a algum tempo importando jogadores brasileiros para seus campeonatos, de grande sucesso financeiro¹⁵³ num momento de

¹⁵⁰HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 58-105.

¹⁵¹FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹⁵²SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2006, p. 107-108.

¹⁵³PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000, p. 142-266.

reordenamento global mais pronunciado. Desta forma, estando atrelados politicamente ao formato político da CBF para o futebol e campeonatos no Brasil, que tinha compromisso com um universo maior de clubes no país, isto significava dificuldades na equiparação com o futebol internacional.

Havia ainda toda uma burocracia construída por intermédio do *Campeonato Brasileiro*, interligando federações regionais, clubes e CBD durante o período militar, e que eram financiadas também por recursos advindos da loteria esportiva e do desporto. Com a criação da CBF esta burocracia também permaneceria e se veria beneficiada, uma vez que sua operacionalidade se mantinha em funcionamento.

GIULITE COUTINHO: PROMESSAS DE MENOS CLUBES E DE PROFISSIONALIZAÇÃO

Na CBF, a eleição de Coutinho seria representada como uma nova proposta para o futebol no país, proposta que se inseria numa figuração esportiva cindida e em efervescência e sobre a qual promoveu o fim da política de “interiorização” do *Campeonato Brasileiro* e seu respectivo inchamento:

A primeira expressiva modificação realizada pela nova entidade foi a criação do *Campeonato Brasileiro* de 1980 em duas divisões, uma nítida reviravolta no processo de “interiorização”, fazendo prevalecer os clubes mais tradicionais. Deveriam ser estabelecidos critérios mais técnicos na distribuição dos clubes, mas o que se notou foi a continuidade de certas práticas assistencialistas. A primeira divisão passou a ser denominada de Taça de Ouro, que seria composta por 40 equipes¹⁵⁴.

¹⁵⁴ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

O primeiro campeonato organizado por Coutinho (1980) teve assim 40 clubes na sua divisão principal, garantindo a participação a todos os campeões estaduais, tradição que remontava de certa forma ainda à década anterior. Para federações consideradas maiores, também garantiu vaga aos vice-campeões.

A administração de Coutinho teria acompanhado uma agenda de modificações seguindo pressupostos de marketing esportivo e comercialização. Assim, novos critérios para o televisionamento das partidas e a adoção de um novo calendário para o futebol nacional, somadas ainda a criação de uma segunda divisão do *Campeonato Brasileiro* de Futebol, fizeram parte de sua gestão. Giullite também liberaria a propaganda na camisa dos times (1982)¹⁵⁵.

Na *Revista Placar*, o mandato de Giulite seria recorrentemente exaltado como afinado a um projeto de “modernização” do futebol brasileiro. Quem então se destacava no editorial da revista era Juca Kfoury, que frequentemente fazia uma relação positiva entre o momento vivido pelo país na esfera política (o que se convencionou a chamar de *abertura* e *redemocratização*), a gestão inovadora de Coutinho, e os êxitos no futebol. Não raro, a revista também militava por mais democracia nas esferas esportivas, como: convocando uma pesquisa de opinião sobre quem deveria ser o novo técnico da seleção, denunciando a “máfia da loteria esportiva”, embrenhando-se pelos subterrâneos das federações estaduais ou promovendo reportagens sobre a então *democracia corinthiana*. Nessa linha, acompanhemos algumas falas do cronista naquele momento:

¹⁵⁵SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2006, p. 107-130

A verdade é que o tempo da politicagem parece estar acabando. Tudo leva a crer que o acobertamento da incompetência e da desonestidade de alguns já pertence ao passado.¹⁵⁶

Alegre como o ambiente vivido hoje no que chamamos de a 'Seleção da abertura', onde os jogadores têm liberdade dentro e fora do campo.¹⁵⁷

O nome do ano foi o de um dirigente que, ao ser sensato, ao ter a coragem de deixar a politicagem de lado, fez da nascente CBF uma entidade de respeito (...) sua gestão está modificando o panorama sombrio que vivíamos a tão somente um ano atrás (...) Porque, convenhamos, por mais que se identifique uma crise de talentos em nosso futebol, não tem sido exatamente a falta de craques o nosso principal problema. Tem nos faltado, isso sim, um condutor papel que Giulitte Coutinho vem encarnando com eficiência e brilho.¹⁵⁸

Por outro lado, a gestão de Coutinho seguiria acompanhada pela (já referida) forte crise econômica e endividamento no país, por boa parte da década de 1980, que ficaria conhecida como *década perdida*. Nessa época, nas manchetes dos "grandes jornais", a narrativa da *crise* do futebol permaneceria: denunciavam-se estádios vazios, dívidas dos clubes com o governo, má gestões e um crescente e incomodo êxodo de jogadores consagrados¹⁵⁹. Além disso, Giulite se desgastaria no comando do cargo, e não reduziria efetivamente o número de clubes e o modelo do *Campeonato Brasileiro*, o que naquele contexto de crise econômica e torneios deficitários representava crescente insatisfação dos maiores clubes do país. Entre 1980-1985, além da realização, em média, de campeonatos com 40 clubes (e tentativas de formatar uma segunda divisão), estes torneios tinham fórmulas que mudavam ano a ano (por vezes consideradas "esdrúxulas" por *Placar*) e

¹⁵⁶KFOURI, Juca. "Na coragem da CBF, o exemplo que o Vasco ainda não aprendeu". *Revista Placar*, São Paulo, 4 dez. 1980, p. 11.

¹⁵⁷KFOURI, Juca. "A arma do Corinthians é Vaguinho. A do Vasco é o ataque total". *Revista Placar*, São Paulo, 23 jan. 1981, p. 9.

¹⁵⁸KFOURI, Juca. "Assim vamos todos parar num hospício". *Revista Placar*, São Paulo, 19 jun. 1981, p. 9.

¹⁵⁹HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 58-105.

que conviviam (por vezes) com ações na justiça de clubes descontentes, “viradas de mesas”, intenso jogo nos bastidores envolvendo cartolas e políticos, além de confrontos claros e ameaças de cisões dos grandes clubes que reivindicavam torneios mais enxutos.

A diminuição e reformulação do torneio já era há tempos almejada pelos grandes clubes, e tinha em *Placar* uma defensora, patrocinadora e voz incansável desde a década de 1970. A revista, conforme não escondia sua linha editorial, se inspirava no modelo italiano e militava ativamente no campo esportivo (inclusive promovendo encontros, alianças e tentando dialogar com as esferas decisórias) por um campeonato nacional com cerca de 20 clubes, no formato de turno e retorno, com acesso e descenso, e pela diminuição da importância e dimensão dos estaduais. Justificava que somente assim o futebol brasileiro poderia reverter aquele cenário de *crise*. Vejamos uma das afirmações do editor da revista, Juca Fouri, por essa época:

Temos dito que a solução é óbvia. É a mesma adotada no mundo inteiro e aqui, até o começo da década passada: turno, retorno, ponto corrido, o time que fizer mais pontos é campeão (...) na média o torcedor sai ganhando, as rendas serão maiores e o campeão será, sempre, o melhor.¹⁶⁰

O senhor Pedro parece desconhecer que o Brasil foi tricampeão mundial exatamente na época em que o futebol se limitava ao eixo Rio-São Paulo ou, como em 1970, estava ampliado tão somente com os gaúchos, paranaenses, mineiros, pernambucanos e baianos, ou seja, a nata dos times brasileiros. De lá para cá, como é fácil constatar, a Seleção não ganhou mais nada e foi nesse período que inventou-se integrar o país pelo futebol.¹⁶¹

O segundo mandato de Giulite Coutinho chegaria ao fim em meados de 1980, mas a sua promessa de maior redução do torneio não seria alcançada. Em janeiro de 1986, Otávio Pinto Guimarães seria eleito para a

¹⁶⁰KFOURI, Juca. “Beleza com inteligência? Que nada os cartolas nem querem saber”. *Revista Placar*, São Paulo, 26 jun. 1981, p. 9.

¹⁶¹KFOURI, Juca. “Opinião”. *Revista Placar*, São Paulo, 28 set. 1984, p. 3.

presidência do CBF (havia vencido Medrado Dias, candidato de João Havelange e do próprio Giulite Coutinho). Guimarães tinha então 74 anos, e já havia trabalhado como presidente do CR Botafogo e federação de futebol do Rio de Janeiro. O novo presidente substituíra (em uma manobra combinada) a candidatura de Nabi Chedid e contava com o apoio de Márcio Braga, então deputado federal pelo PMDB-RJ - ex-presidente do Flamengo, que dispunha de grande capital político nos meios esportivos e políticos. Apesar de considerar o processo de eleições conturbado e obscuro, Juca Kfoury considerou Guimarães como aquele que deveria ser o presidente da “profissionalização e “modernização” da entidade e do futebol brasileiro, afinado aos moldes da *Nova República* que se instaurava no país. Entretanto, com o decorrer do tempo, passou a referir-se a sua gestão como marcas do “atraso e da corrupção”, e ao dirigente como o retrato do *cartola* que o futebol brasileiro precisava se livrar. Guimarães acabaria enfrentando os mesmos problemas de Coutinho: o desafio de efetuar modificações estruturais no futebol brasileiro, e a pressão dos clubes e federações por favorecimentos de outro. Em meio a isso episódios como a “virada de mesa” em pleno campeonato pelo Vasco (e depois Botafogo), em 1986, e toda uma confusão daí decorrente. Além disso, diagnosticaria um câncer o qual teria de lutar praticamente desde os inícios da sua gestão na CBF.¹⁶²

CLUBE DOS 13 E A COPA UNIÃO: AUTONOMIA E A PARCERIA DO TORNEIO COM O MERCADO

Para o ano de 1987, a CBF informou que não poderia subsidiar o campeonato através da loteria esportiva. Nesse momento, conforme já citado, o país vivia uma forte crise econômica o que já impactava muito na

¹⁶² Cf. <https://terceirotempo.bol.uol.com.br/que-fim-levou/octavio-pinto-guimaraes-5226> . Acesso em: 10 nov. 2018.

rentabilidade dos clubes e da própria CBF. Diante desse cenário, o anúncio da não realização do campeonato nacional pela CBF serviu como um sinal para que dirigentes de clubes tentassem lançar uma liga independente, o chamado *Clube dos 13* e um campeonato nacional, a *Copa União*:

Em julho de 1987 um movimento iniciado por treze grandes clubes envolvendo cinco estados do país – Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia – balançou a estrutura administrativa do futebol brasileiro tornando manifestas as contradições, até então latentes, deste universo. São Paulo, Flamengo, Corinthians, Vasco, Palmeiras, Fluminense, Santos, Botafogo, Cruzeiro, Atlético, Grêmio, Internacional e Bahia foram os clubes que compuseram este movimento, oficialmente registrado como União dos Grandes Clubes Brasileiros, mas que popularmente tornou-se conhecido como “Clube dos 13”.¹⁶³

Entre os agentes que foram fundamentais na formação desta liga, destaca-se Márcio Braga que naquele momento voltava a presidir do Flamengo (antes, fora presidente entre 1977-1980) e o então presidente do São Paulo, Carlos Aidar. No caso de Braga, naquela época, ele também estava assumindo a vice-presidência da Comissão de Esporte e Turismo da Câmara Federal, e teria um projeto que se afirmava como revolucionário para o futebol brasileiro. O deputado do Rio de Janeiro trazia também a imagem de um dirigente moderno, associado (no seu papel como deputado) ao processo de redemocratização no país e que havia administrado o Flamengo em um momento que o clube obteve grandes vitórias. Numa reportagem, ainda em 1986 (quando já reeleito deputado federal), Márcio Braga afirmava que tinha como meta lutar pela participação dos jogadores nas decisões do departamento de futebol, por um campeonato de 16 clubes, um projeto de relacionamento entre clubes e TVs¹⁶⁴. Nesse contexto, a criação do *Clube dos*

¹⁶³HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 84.

¹⁶⁴REZENDE, Marcelo. “De primeira”. *Revista Placar*, São Paulo, 15 dez. 1986, p. 30.

13 e da *Copa União* seria defendida por ele como parte do processo de redemocratização do país e profissionalização do esporte.

Outro apoio fundamental, para a realização do torneio seria o suporte e financiamento em instituições privadas. Nesse aspecto, houve a venda dos direitos televisivos para a *Rede Globo*, com a exclusividade por cinco anos, pelo valor de 3,4 milhões de dólares (contrato que seria revisto para as outras edições). Pela publicidade na maioria das camisas dos clubes participantes, a *Coca-Cola* pagaria um total de U\$ 3 milhões, além do aporte dos hotéis *Othon* (acomodação de clubes), e do transporte aéreo conseguido junto à *Varig*.

A *Revista Placar*, ao longo do processo que desembocaria na “Copa União” também vinha defendendo os clubes e criticando a gesto da CBF que voltaria (em sua opinião) a pautar-se em interesses escusos na gestão Otávio Guimarães. A *Revista* tomaria, assim, partido pelo torneio e pelo *Clube dos 13* desde a sua formação, encampando-o como um movimento para “modernizar” e “moralizar” o futebol brasileiro, oferecendo inclusive o troféu para *Copa União*. Nessa direção, assim se pronunciava a revista em fins de 1987, já em meio ao torneio:

O futebol profissional não comporta mais o atraso. Precisa ser rentável, lucrativo e deixa de viver à base da socialização da miséria. É exatamente isso que o grupo dos 13 está tentando fazer com a *Copa União*, e corrigidos alguns defeitos, está no caminho certo (...) Sua luta tem duas frentes. Na Constituinte – pela separação entre esporte profissional e amador – e pela autonomia das entidades e associações (...) A outra frente diz respeito à revolução em curso (...) Dêem, enfim, a opção aos grandes clubes entre os regionais e a *Copa União*. Não será preciso bola de cristal para conhecer a resposta.¹⁶⁵

¹⁶⁵KFOURI, Juca. “A modernidade pode chegar pelo futebol”. *Revista Placar*, São Paulo, 12 out. 1987, p.22.

Ao longo do campeonato, também a revista ressaltaria várias vezes o torneio como "uma grande jogada de marketing", onde tudo seria monetizado: publicidade na bola, nos maqueiros, na camiseta dos gandulas, e, o crescimento das médias dos públicos em relação aos torneios anteriores, a lucratividade e a possibilidade dos clubes fecharem o ano com o "caixa garantido".

Num panorama geral, esse quadro nos permite afirmar que os campeonatos brasileiros, ao longo da década de 1970-1980, foram realizados em meio a acirradas disputas entre Estado, federações, clubes, CBD e CBF. Desde fins de 1970, pressupostos comerciais dos grandes clubes passariam a influir cada vez mais na viabilidade e paradigmas sobre a organização do torneio. Em 1987, o surgimento do Clube dos 13 e a formatação do campeonato daquele ano demarcava uma ruptura, seja porque eram os clubes que promoviam sua organização de forma autônoma (e não através da CBD ou CBF), seja porque tinha sua sustentação no *mercado* (e não mais financiado pelo Estado), seja ainda porque reunia um universo muito restrito de clubes (em oposição a tradição de campeonatos com muitos participantes). Dessa forma, haveria sobre este período, leituras díspares acerca dessa ebulição na figuração esportiva e modificação do CB, citada muitas vezes como "modernização" do futebol no país, leitura a qual problematizamos a seguir.

RECONFIGURAÇÃO DO TORNEIO SOB A LUZ DE LEITURAS ACADÊMICAS

Conforme destacado, as transformações no torneio ficariam consagradas, em boa medida (e a *Revista Placar* é um dos espaços dessa consagração), como uma "modernização" do futebol brasileiro, conotando um sentido de avanço. O campo acadêmico problematizou também essas transformações, inclusive (em alguns casos) incorporando a leitura da

modernidade, mas em uma base conceitual mais sofisticada e aprofundada. Algumas dessas leituras, consideradas referenciais, são expostas a seguir.

Uma das leituras sobre a “modernização”, no futebol, é oferecida por Ronaldo Helal ¹⁶⁶. Neste caso, ele adota o conceito do *moderno* na perspectiva weberiana, e como uma cultura oposta ao *tradicional*: no primeiro caso prevaleceriam relações impessoais e mais individualistas na sociedade, ao passo que a segunda seria demarcada por relações mais holistas e por uma confusão entre o público e privado. Nessa linha, Helal vê a configuração esportiva brasileira, entre as décadas de 1970/1980, através de uma dicotomia. Para ele a sociedade brasileira viveria nesse momento cada vez mais um dilema, que no âmbito esportivo replicava o mesmo choque comum ao resto da sociedade: *códigos modernos* conflitavam com *códigos tradicionais*, neste caso no cerne da gestão do esporte no Brasil. A herança e permanência de um modelo de organização de futebol tradicional no país seria responsável por uma crise estrutural, descrita como sendo a de campeonatos desorganizados, jogos deficitários, êxodo de craques, espetáculos de baixa atratividade, amadorismo de dirigentes, fórmulas e calendário que careciam de visão comercial. Situação que também estava ligada a crise econômica vivida pelo país de uma maneira geral, que (entretanto) nesta leitura não seria o motivo principal. O motivo principal seria um sistema baseado em “métodos tradicionais de administração fundamentados na política de troca de favores, interferência política e na contraditória relação entre dirigentes amadores e jogadores profissionais”¹⁶⁷.

Por outro lado, mudanças que fugiam da esfera do futebol brasileiro começavam a repercutir e impulsionar outras mudanças no bojo da sua

¹⁶⁶HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 58-105.

¹⁶⁷HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 108.

organização, como a crescente entrada da mídia e novos grupos comerciais nas esferas do esporte de uma forma geral, além da crescente ameaça do futebol europeu, sobretudo italiano, na contratação daqueles vistos como os “grandes craques” brasileiros. Nesse cenário, Helal vê a pressão que os chamados grandes clubes vinham fazendo desde os inícios da década de 1980 sobre a CBF para que esta realizasse campeonatos mais enxutos - e que motivaria a criação do *Clube dos 13* em 1987 – inserindo-se em um movimento de *modernização* e *racionalização* do futebol brasileiro, contrapondo-se às forças *tradicionais* e *amadoras* presentes no mesmo processo, as quais seriam representadas pela CBF, clubes médios e pequenos, bem como federações regionais. De uma forma sintética, sua visão é, portanto, sobre uma *modernização* do futebol que está querendo acontecer no Brasil, significando de uma forma geral mais autonomia e apoio no mercado, e (sobretudo) profissionalismo na gestão dos clubes, mas um movimento em dificuldades e de certa forma estancado frente a outros agentes e a estrutura arcaica no desporto legado de um Estado - e de uma sociedade - historicamente paternalista e interventor os quais mantinham uma visão mais idealizada do futebol brasileiro.

A ruptura em 1987, quando se deu a criação do *Clube dos 13*, é vista como um avanço sobre o “dilema” inscrito na cultura do futebol brasileiro. O sociólogo, inclusive, reporta como sucesso em termos de público, o apoio do torneio na iniciativa privada, os patrocínios e venda de televisionamento dos jogos pela primeira vez (à rede Globo). Mas este avanço é apresentado como episódico porque ao fim deste torneio, os agentes da mudança teriam celebrado um acordo obscuro com o tradicionalismo. Aliás, a prática dos acordos, segundo o sociólogo, seria comum na cultura brasileira:

Acusações e ameaças que traziam à tona o dilema latente na estrutura da organização do futebol no Brasil. Uma organização

permeada por uma política de troca de favores e compensações sustentava o poder político das federações e da CBF, mas, no entanto, mostrava-se inapta para resolver a crise dos grandes clubes. Estes, por sua vez, combatiam esta política reivindicando autonomia e independência e fazendo uma pressão para modernização – profissionalização dos dirigentes e adoção de estratégias de marketing profissional – do nosso futebol. A legislação esportiva vigente era alvo de críticas constantes justamente por não permitir a autonomia dos clubes e a profissionalização administrativa. No final, o próprio acordo entre as partes trouxe à tona uma faceta tradicional da nossa cultura: a capacidade de negociar baseada em relações de favores e compensações. A obscuridade com relação ao campeão daquele ano era o resultado mais evidente dessa faceta.¹⁶⁸

Marcelo Proni difere um pouco da compreensão de Helal. Proni traz para a discussão o conceito de *modernização conservadora* para entender a transformação do futebol brasileiro no período. *Modernização conservadora* remeteria, sinteticamente, a um processo de inserção muito limitada do futebol e da própria sociedade brasileira nos ditames da sociedade industrializada e liberal, que (para tal) ao mesmo tempo conservaria sua ampla base em moldes de uma estrutura econômica pouco sofisticada e de perfil autoritário. Um dos grandes expoentes dessa linha de raciocínio, no Brasil, seria Florestan Fernandes.

Na análise de Marcelo Proni, a derrocada econômica do país (de 1980) figura como ponto central da ebulição da configuração esportiva e a sensação de crise naquele momento. Proni destaca que houve falta de atratividade para os espetáculos, e má organização de campeonatos naquele período. Mas o ponto nodal seria mesmo a recessão econômica que obrigou os clubes a se desfazerem do seu patrimônio líquido: os 'passes' de seus melhores atletas¹⁶⁹.

¹⁶⁸HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 91.

¹⁶⁹PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000, p. 148-162.

Nesse cenário, a reação não foi uma revolução no futebol brasileiro, mas mudanças em um determinado ponto da configuração esportiva. Assim, para o economista, uma elite de 20 a 30 clubes - em detrimento de uma grande maioria, os quais ficariam alijados dos ganhos financeiros e tecnológicos - promoviam uma "modernização" para si, beneficiados pela conjuntura política da *redemocratização*, constituindo consórcios de interesses direcionando essa "modernização" restritiva que se expressava por um torneio mais enxuto¹⁷⁰.

Esse conjunto de fatores possibilitaria a criação do *Clube dos 13* e a realização da *Copa União* em 1987, e assim - refletindo a própria configuração histórica do país no processo de incorporação do capitalismo - a *modernização conservadora* do futebol no país. Porém, a mentalidade dos dirigentes continuaria, em sua essência, amadora. E, o que seria mais sintomático: a CBF e as federações estaduais continuariam a ser geridas por meio de conchavos pessoais, apesar da mudança no comando da entidade e do aparecimento de novos personagens no cenário da política esportiva nacional a partir de 1988/89¹⁷¹. Na visão de Proni a dificuldade da gestão mais profissionalizada, impessoal e calcada em paradigmas do mérito em vários níveis diretivos do futebol brasileiro (clubes e federações, por exemplo) era mais um sintoma do que uma causa: o abismo econômico muito acentuado entre as classes no país, e uma restrita elite econômica contraposta a uma grade massa de indivíduos em condições econômicas muito vulneráveis - estrutura histórica da sociedade brasileira - impedia o desenvolvimento do capitalismo de forma disseminada e consistente no Brasil, e impossibilitava consequentemente a conformação da maior parte da sociedade dentro de

¹⁷⁰PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000, p. 142-200.

¹⁷¹HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 108-126.

uma mesma lógica ou de um *habitus* efetivamente liberal e capitalista. Pelo contrário, havia corroborado um “capitalismo de compadres” associado a problemas macroeconômicos estruturais, e uma sociedade pouco democrática em seus vários níveis.

Ribeiro¹⁷² desenvolve outra percepção sobre o momento. Segundo o historiador, a criação do *Clube dos 13* poderia ser vista como um resultado frente às modificações e oportunidades oferecidas pelo reordenamento do capitalismo mundial que vinha ocorrendo na década de 1980. Mudanças que se traduziam na entrada da televisão e no crescente interesse de empresas que passavam a ver no futebol uma associação interessante. Sendo este o cenário, o *Clube dos 13* formar-se-ia enquanto um grupo ocasional de pressão sobre a CBF, e mesmo sobre o poder público, motivado mais por ganhos econômicos que até então não se apresentavam para os clubes membros. Com esse intuito, apontaram naquele momento como caminho a necessidade de realização de campeonatos mais enxutos e que seriam mais rentáveis para os membros deste grupo, sem (contudo) haver planejamentos maiores e longe de representar num plano mais abrangente um avanço, ou mesmo um amplo projeto para gestão do futebol no país, ou da sociedade brasileira.

Em sintonia com as ideias de Ribeiro, destaca-se uma quarta interpretação. Para esta, demanda-se ampliar o olhar para uma perspectiva global de reordenamento do próprio capitalismo: ou seja, já não se trataria mais de transformações ligadas simplesmente à “modernidade” (o avanço ou não) num plano interno, mas reconfigurações que extravasariam este espaço, ligadas ao que os historiadores passariam a chamar de *globalização*. É nessa linha, que se apresenta a análise sobre as transformações do futebol inglês,

¹⁷²RIBEIRO, Luiz Carlos. “Reordenamento das ligas de futebol: Crise ou nova ordem?” *Revista Recorde de História do Esporte*. Volume 5, número 1, Rio de Janeiro, junho de 2012, p. 1-28.

em que Duke destaca processos de *McDonaldisation* e *Disneyisation*. Em síntese, esses conceitos significariam:

*McDonaldisation refers to the process by which the principles of the fast food restaurant are coming to dominate more sectors of society (Ritzer, 1993). The complementary notion of Disneyisation suggests that the principles of the Disney theme parks are coming to dominate more sectors of society (Bryman, 1999). The two concepts may overlap with respect to certain institutions, but they are analytically distinct. McDonaldisation is grounded in the idea of rationalisation, whereas the roots of Disneyisation are located in theories of consumerism.*¹⁷³

Seria dentro desses fenômenos que deveria ser percebida a metamorfose do futebol e do campeonato inglês, que em uma de suas várias faces apresentou mudança do nome da liga e a sua reformulação orientada por pressupostos de mercado e da televisão. Tendo por base a análise de Duke, poder-se-ia promover a leitura de que o enxugamento do *Campeonato Brasileiro*, e o surgimento do *Clube dos 13* se inserem dentro dessa nova ordem de *globalização* e de mercantilização do desporto. Por outro lado, ainda dentro dessa leitura, não se afirma que essa mutação estaria necessariamente ligada a uma transformação estrutural da sociedade, numa direção mais “moderna” e “avançada”, mas que era (apenas) uma “nova força” que empurrava à incorporação de uma dada lógica nos domínios do desporto.

Finalmente, uma última análise é referenciada para discutir a transformação do *Campeonato Brasileiro* e o tema do seu “avanço”. Trata-se da análise empreendida por José Paulo Florenzano sobre a *Democracia Corinthiana*, um evento que atravessa o período de transformação do torneio, e que o intelectual identifica elementos comuns aos dois fenômenos históricos. Assim, em sua leitura sobre o movimento no alvinegro paulista, Florenzano

¹⁷³DUKE, Vick. “Local Tradition Versus Globalization: Resistance to the McDonaldization and Disneyization of Professional Football in England”. *Football Studies*, v. 5, n. 1, Liverpool, 2002, p. 6.

afirmaria que ele espelhava mesmo uma “vontade de autonomia” latente, incrustada na história do futebol e da sociedade brasileira como um todo, e que emergiria sempre que as condições permitissem¹⁷⁴. A democracia – ou mesmo outros casos de jogadores que ficariam consagrados como “rebeldes” – refletiriam uma vontade em superar a função meramente técnica e de “governado” (e apenas como instrumento no processo de produção), procurando assumir também o papel reflexivo e de exercício de poder. Neste processo, as separações “corpo e mente”, “atleta e cidadão”, promovidas pela forma como a *modernidade* se inseriu no ocidente e no próprio esporte seriam superadas. No caso da *Democracia Corinthians*, o que aconteceria é que o papel de protagonismo e representatividade dos jogadores começaria a conflitar com as demandas empresariais enfrentadas pela própria agremiação. Ou seja, Florenzano identifica contradições entre o projeto de *modernidade*, (o que percebe como dentro da “lógica dos negócios” que cada vez mais fazia parte do mundo esportivo e já orientava a sociedade), e dos princípios liberais que sustentariam os ideais de *democracia*. Nessa direção, os elementos que mais impulsionavam e sustentavam as transformações do torneio (e sua sustentação numa lógica mercantil) poderiam ser compreendidos dentro de um dado conceito de *modernidade*, mas não como um “avanço” que levaria o conjunto dos atores no esporte, e na própria sociedade, a uma efetiva posição de emancipação e liberdade.

CONCLUSÃO

Conforme visto, a discussão envolvendo o tema da “modernização” e a história do torneio é complexa, possibilita diferentes leituras, e não tem a

¹⁷⁴FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro*. 353p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Antropologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

pretensão de ser esgotada neste trabalho. Além disso, não nos parece necessário aderir unicamente a uma dessas análises sobre a transformação: essas leituras não são necessariamente excludentes. Alguns apontamentos merecem ser realizados, entretanto.

Primeiramente, nos parece que a narrativa de crise e de “atraso” identificada pela análise de Helal, como uma expressão de busca de *modernidade* a partir própria sociedade brasileira, e que se refletia no futebol, deve ser problematizada. Conforme Marcelo Proni destacaria, é preciso historicizar o termo, uma vez que a própria ideia de “modernidade” (como algo novo e como superação de um atraso) já apareceu com objetivos e em contextos diferentes no Brasil e que não necessariamente colocaria esta narrativa como evidência de um dilema *moderno x tradicional* incrustado na sociedade, na perspectiva weberiana. Outro ponto, é que Helal utiliza a categoria de *brasilidade* para desenvolver o seu estudo, abordando o Brasil e o *brasileiro* de uma forma homogênea, para além das contradições e fragmentações internas históricas do país, o que a categoria na sua pretensão de totalidade acaba soterrando. Além disso, vislumbra-se que os processos históricos de formação cultural, das identidades no país e no futebol, não necessariamente apontam sempre para a nacionalidade ¹⁷⁵, podendo expressar regionalidades, localidades ou outros interesses, por exemplo.

Em segundo lugar, uma permanência nos parece jogar papel protagonista na reorganização do torneio nacional. Referimo-nos ao sentimento de pertencimento e a ligação torcedor/clubes que são a base a partir da qual os clubes se convertem em potenciais parceiros econômicos, de patrocinadores e da televisão. Assim, o capital torcedor, o que poderia ser conceituado como a dimensão do público esportivo (e toda a sua

¹⁷⁵RIBEIRO, Luiz Carlos. “Futebol: Por uma História política da paixão nacional”. *Revista História: Questões & Debates*. n. 57, Curitiba, 2012, p. 15-43.

heterogeneidade) que os clubes conseguiram arregimentar em torno de si (e que se constrói desde um passado remoto) de determinada agremiação, parece influir com muita força na posição que ele pode desfrutar em termos de poder (participando das ligas mais enxutas) e ganhos econômicos nessa configuração esportiva que se globaliza e exige uma gestão mais profissional dos clubes. Ou seja, quanto mais torcedores, maior a chance de se posicionar “bem” na configuração esportiva naquele momento de reconfiguração, e de associação com mídias de massa e patrocinadores. Essa permanência, aliás, já vinha desempenhando figura importante como fator de influência no formato de torneios precursores ao *Campeonato Brasileiro* nos seus inícios: se remontarmos aos torneios anteriores a esta disputa – como o “Torneio das Seleções Estaduais” ou o *Torneio Rio-São Paulo*, por exemplo – veremos que a sua base econômica assentava-se nos grandes públicos provenientes entre jogos dos grandes clubes, ou clubes de grande expressão, ou seleções regionais. Aliás, esta sempre foi também por muito tempo a base operacional dos próprios campeonatos regionais.

A diferença é que o volume financeiro presente, a partir da década de 1980, nos meios esportivos pareceu demandar, na mesma medida, um vasto volume de repercussão social do torneio, mas não mais por interesses populistas encravados na confluência entre campo esportivo e político (ainda que estes permanecessem), mas sim empurrado mais para os interesses de uma *sociedade de consumo* em plena ascensão, que demandaria já outro formato de “produto”, mais atrativo para “venda”, “compra” e “patrocínio” em escala industrial. Dessa forma, isto só seria possível com a diminuição e seletividade de clubes participantes no torneio, para torná-lo, assim, mais notório e comercialmente mais promissor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIAS, Luiz Antonio; FARINA, Michelle Cuciol da Silva. "Preto no Branco: A democracia corintiana nas páginas do jornal Folha de São Paulo". *Revista Recorde*. n. 2, v. 9, Rio de Janeiro, dez. 2016.
- DUKE, Vick. "Local Tradition Versus Globalization: Resistance to the McDonaldisation and Disneyization of Professional Football in England". *Football Studies*, v. 5, n. 1, Liverpool, 2002.
- FERREIRA, Daniel Vinicius. *Visões de um jogo e o jogo das visões: as condicionantes para vitória do Coritiba foot ball club no campeonato brasileiro de futebol de 1985*. 7 mai. 2013. 196p. Dissertação (Mestrado em História).. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013.
- FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro*. 353p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Antropologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.
- FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2006.
- GIL, Gilson. "O drama do 'futebol-arte': o debate sobre a seleção nos anos 70". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 25, ano 9, São Paulo, 1994.
- HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. 1ª edição, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- MARCZAL, Ernesto Sobocinski. *O "caneco é nosso": futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970*. 2011. 347 f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. "Diálogos críticos sobre a democracia corinthiana como movimento social". *V Congresso internacional de ciências do esporte (CONICE)*. 2013, Brasília, DF.
- MELO, Victor Andrade de. et al. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: Faperj e 7 Letras, 2013.
- PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000.
- REVISTAS PLACAR, São Paulo: Abril, 1970-1987.
- RIBEIRO, André. *Os donos do espetáculo: história da imprensa esportiva no Brasil*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. "Futebol: Por uma História política da paixão nacional". *Revista História: Questões & Debates*. n. 57, Curitiba, 2012, p. 15-43
- _____. "Reordenamento das ligas de futebol: Crise ou nova ordem?" *Revista Recorde de História do Esporte*. Volume 5, número 1, Rio de Janeiro, junho de 2012.
- _____. *Brasileirão ou torneio Rio- São Paulo?* Curitiba, 11 out. 2011. Disponível em: <http://nefutebolesociedade.blogspot.com/2011/10/brasileirao-ou-torneio-rio-sao-paulo.html>. Acesso em: 09 ago. 2018.
- SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional*

de Clubes de Futebol. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2006.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

UNZELTE, Celso. *O livro de ouro do futebol*. São Paulo: Ediouro, 2009.